

GEOGRAFIA DO TURISMO A CRISE ECOLÓGICA COMO CRÍTICA OBJETIVA DO TRABALHO O TURISMO COMO "ILUSÃO NECESSÁRIA"*

Anselmo Alfredo

RESUMO:

Buscamos desenvolver neste artigo uma perspectiva metodológica de análise sobre o turismo de modo a nos contrapormos às expectativas de um pensamento "promotor" que antes de compreender as determinações do real quer resolver aquilo que encara como problema. Dentro de nossa expectativa, portanto, tornou-se possível levar em consideração o turismo como fenômeno que revela uma moderna e contemporânea relação sociedade X natureza, onde esta última de pressuposto do processo social passa à condição de produto, realizando-se, portanto, como fetiche, o que inclui o mascaramento das contradições pertinentes a esta mesma relação. Do nosso ponto de vista, o turismo atua no tempo livre de modo a torná-lo produtivo, fetichizando a natureza e o natural de modo a comportar-se como uma *ilusão necessária* para a continuidade de tal contradição. Daí a nossa perspectiva contrária à outra ligada às estratégias promotoras do turismo como um negócio. Para fazermos o nosso percurso de método levamos em consideração determinações tanto lógicas como históricas, de modo que as mesmas compõem a divisão deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE:

Turismo, relação sociedade x natureza, *ilusão necessária*

ABSTRACT:

In this article we intended to develop a methodological analytical perspective about tourism in a way to remain contrary to the "promoting" thinking expectatives that wants to solve what it faces as problems, instead of understand the determinations of the real. Anyway, in our expectative, it became possible consider the tourism as a fenomenom that reveals a modern and contemporary relation between society and nature, where the last one from presupposition of the social process becomes to the condition of product, realising itself as fetish, what includes the hiding of the contradictions that refer to the same relation. In our point of view the tourism acts in the free time realising it as productive time, fetishising nature and the natural notion, in a way that tourism behaviours itself as a *necessary illusion*. Necessary because permits the continuity of the contradiction we've already said. That's why we have an opposite expectative to the other one, related to the strategies that promote the tourism as a business. To realise our methodological way we consider both logical and historical determinations, that composite the division of this article.

KEY WORDS:

Tourism, society nature relation, necessary illusion

Introdução e comentários bibliográficos sobre a temática

Talvez se espantem aqueles leitores que buscam neste artigo uma perspectiva ingênua de

Geografia, ou seja, aquela que busca localizar ou descrever os fenômenos no espaço. Mais ainda aqueles que vêem a Geografia como a classificação dos fenômenos naturais de modo que ela sirva de base para o desenvolvimento de proje-

tos turísticos, bem ao estilo da americana e quantitativa *Geografia Recreativa*. Na verdade, este artigo não tem nada de recreativo, o nosso ponto de vista é de que nenhum conhecimento deve ter *a priori* definido sua utilização. Isto implica numa relação de subserviência do conhecimento a uma racionalidade que se impõe e acaba por definir os caminhos do próprio conhecimento. A pergunta, portanto, *para que serve isto?* inexistente, porque, a princípio, não serve para nada, pois o sentido do que se conhece por conhecer é resultado do próprio conhecimento e não de uma prática pré definida. Poderíamos nos demorar aqui sobre os descaminhos que uma tal instrumentalização do conhecimento significou nos projetos desenvolvimentistas brasileiros das décadas de 60, 70 e 80 onde a Geografia teve um papel importante. Contudo, este será assunto para uma outra reflexão. O que pretendemos destacar aqui é o fato de que produzir reflexões para fora do utilitarismo *a priori* é um momento histórico possível pelo qual o conhecimento passa, que constitui, não um descompromisso, mas, pelo contrário, uma conquista do mesmo, a qual não se deve desperdiçar. Trata-se, portanto, de uma luta titânica contra o imediatismo tão presente num momento em que a "guerra" quase declarada pela inserção num mercado de trabalho em crise se faz presente, exigindo, portanto, que todo conhecimento signifique imediatamente uma garantia de emprego. Talvez esta seja uma das instrumentalizações atuais que necessitem de um refletir crítico.

Daí a importância de relativizar de forma oportuna a possível interpretação de que a Geografia do Turismo aqui proposta - se assim se quer chamar esta reflexão que faço - é estritamente teórica. Isto porque, ao se colocar como tal, é imediatamente prática, pois luta contra o pragmatismo, e busca romper com as amarras da razão apriorística, pois, esta razão coloca os sentidos e os destinos do conhecimento, a forma como este atinge o real, no eu pensante e não no movimento próprio do ser. Neste sentido, toda perspectiva metodológica, ou seja, de método, é

já uma postura militante. De modo mais profundo, poderíamos dizer que o método é não só o caminho que reflete-se no ser a ser conhecido e retorna como consciência ao ser do conhecimento, mas é também uma postura diante do mundo. A diferença aqui é a tentativa de tornar cristalino este procedimento.

A perspectiva, portanto, de um método "promotor" ou seja, aquele que promove e propõe ações sobre o real, além de repor os pressupostos do presente - sobre isso iremos tratar de forma mais precisa ao refletirmos sobre a noção de *ilusão necessária* e sua possível relação com o turismo - incorre no caminho de discutir o como deveria ser ao invés de colocar o assento no real e nas suas determinações do *dever*. Portanto, o método "promotor" é mais realista do que pretende ser, no sentido de que o real é tão real que nada há além do presente, por isso tal método permanece sempre nos níveis reformadores, pois do seu ponto de vista só há mudança na medida em que se repõem as categorias críticas do presente, dentre elas a do trabalho e a do valor.

Daí a importância de um conhecer que busque compreender muito mais do que propor. Se a consciência do real não muda o real, buscar mudá-lo sem alguma forma de consciência também não nos garante transformações. Tanto pior, reproduz o existente representando o diferente, daí a importância de desvincularmos o conhecimento de uma ação planejada, porque neste caso, como já frisamos, discute-se o que deveria ser e não o real no seu vir-a-ser.

Neste sentido, o leitor que busca neste artigo uma Geografia dos Lazeres, uma proposta de planejamento turístico ou ainda uma forma geográfica de inserir os turismólogos no mercado de trabalho deve interromper sua leitura para não frustrar sua frágil expectativa pequeno-burguesa de ciência.

É notório que em diversas modalidades de turismo está embutida uma perspectiva de retorno a um mundo equilibrado e natural. São esses os sentidos que carregam as expressões como turismo rural, ecológico ou mesmo turismo local¹.

No primeiro caso (rural) a noção compreende uma *regeneração rural*. Para realizar tal perspectiva busca-se um princípio *a priorismo* - sob o qual deve incidir, por nossa parte, uma reflexão crítica. Para se regenerar o rural ora, de qualquer forma não se deixa implícito o que seria a degradação do mesmo, condição *sine qua non* para que algo se regenere - faz-se necessário que o rural jogue um novo papel no conjunto da sociedade "uma vez resolvido, no mundo ocidental, o problema do abastecimento alimentar, a função primordial atribuída antes aos espaços rurais."² O pensamento que remanesce no Eu esquivava-se de compreender que a produção sob o capitalismo não visa, de forma alguma, a satisfazer necessidades sociais, mas está sob a racionalidade do valor, ou seja, da maior produção em ampla e, se possível irrestrita, escala. Para isso, transformaram-se os ciclos naturais através dos transgênicos, por exemplo. Assim, a soja, o milho, a ervilha são produzidos o ano todo porque o conteúdo de tais produções é a realização da abstração valor. Assim, é fácil compreender porque ao contrário do que a autora defende com um enfático *uma vez resolvido* apesar das condições técnicas de tal satisfação já estarem dadas não se tem sua realização social. Muito menos do que uma questão distributivista, o problema encontra-se na raiz, ou seja, no próprio sentido da produção. O falso pressuposto da autora põe o real no Eu *apriorístico*, desconsiderando os sentidos imanentes do próprio real.

Só assim pode-se chegar àquela tão divulgada opinião porque não se trata mesmo de conceito de que as atividades no chamado turismo rural devem ser ambientalmente sustentáveis, e "no interesse das populações urbanas..." Isto porque, do ponto de vista da autora, os recursos naturais como água, fauna e a flora silvestres, estão escassos³ e então isto ativa imediatamente o pensamento "promotor" sensibilizado com a crise ambiental, que logo quer solucionar o problema de modo a colocar uma série de propostas que não só visam a satisfazer os interesses do turista urbano como, por isso mes-

mo, levam para o rural um padrão urbano de vida.

*"Às diferentes procuras do espaço rural pelo turismo correspondeu à elaboração de ofertas de alojamento mais ou menos diferenciadas e específicas. O mundo rural não dispunha tradicionalmente de equipamento hoteleiro e similar significativo e adequado: quase só pequenas unidades familiares, de exploração doméstica e reduzido conforto, para clientela 'residentes' e de passagem, nos núcleos populacionais mais importantes, as aldeias e sobretudo as vilas e cidades."*⁴

Torna-se claro, portanto, que a adequação confessadamente urbana ao rural reinstalou sob uma nova forma uma subordinação do rural⁵, além disso, vale dizer que, ao produzir um espaço urbano nisto que tem-se chamado de rural, transforma o próprio rural, com as suas características naturais, em representação de si mesmo. O retorno passadista, portanto, restaura o rural numa imagem idílica, sobre um espaço urbano que realiza a "escassez" do natural como uma nova mercadoria. Se existe uma utopia urbana até nossos dias, de uma sociabilidade não rompida com os ciclos naturais, a perspectiva turística põe a mesma nos padrões de uma indústria lucrativa, o que, por si só, reproduz uma hierarquia social própria do mundo da mercadoria. A natureza, por outro lado, transforma-se em espetáculo⁶, donde a passividade do consumidor.

Por isso mesmo este princípio metodológico naturaliza a noção de indústria, no sentido de que a noção de *indústria turística*⁷ é viável para o desenvolvimento sustentável, por exemplo. Isto só é possível porque a sociabilidade baseada na mercadoria e no dinheiro não é lida do seu ponto de vista histórico e formativo. Isto permite que tal sociabilidade apareça como uma lei natural, tal como a da gravidade. A noção de *valorização do lugar*, portanto, não se preocupa em diferenciar-se da própria lei do valor, pelo contrário, é sua identificação que dá sentido à análise do pensamento "promotor" O diferente,

o singular, o único, segundo a própria autora, passam a ser, portanto, *altamente valorizados*. Mais do que isto, passam a ser "... *insumo preciso para a Gestão das cidades e da sua venda enquanto um produto* (turístico).⁸" As diferenças passam a ser pressupostos da reprodução do capitalismo cujo modelo baseado na indústria encontra-se em crise. Isso é evidente quando a justificativa de tais empreendimentos baseia-se no aumento do emprego e da renda como forma de *desenvolvimento local*.⁹

É sob este mesmo ponto de vista que se desenvolvem os temas turísticos baseados na noção de *ecológico*. Além de partir de princípios falsos tais como "- a *Amazônia*(...), *que se constituía até bem pouco tempo em enorme vazío demográfico e econômico, (...) constitui-se, atualmente, (...) na nova fronteira econômica do Brasil*"¹⁰-, põe mais uma vez a Amazônia como área de expansão das relações capitalistas, se não de produção, ao menos de consumo e circulação. Sobre a noção de vazío demográfico e suas conseqüências práticas do ponto de vista desenvolvimentista, a geografia, ao que tudo indica, já fez a crítica necessária¹¹ o que não exclui a necessidade de sempre novas perspectivas críticas. De modo que o argumento utilizado pelo autor não deve nem sequer ser utilizado no passado, do estilo: *que se constituía até bem pouco tempo*. Na realidade isto é uma nova expressão do processo de modernização não mais baseado sob os pressupostos da grande indústria, mas que, da mesma forma, leva para lugares onde o desenvolvimento de relações especificamente capitalistas não se deram, formas monetárias de sociabilidade. Estas regiões, portanto, comportam a tentativa de se resolver a insustentabilidade da formação econômico e social capitalista sob uma roupagem de sustentabilidade ecológica. A expansão do moderno, portanto, visa muito mais a solucionar a crise do valor referente ao mundo urbano industrial do que permitir uma integração entre o rural e o urbano. O desenvolvimento desigual de Lênin, ainda que na crise e por causa dela, se faz presente no mundo contemporâneo.

Esta perspectiva metodológica do método "promotor" trata-se, portanto, de uma nova Economia Política onde o espaço é parte integrante, muito mais que uma Crítica à Economia Política, ainda que a noção de *sustentável* tente passar a idéia de um conhecimento crítico.

Uma outra perspectiva, do ponto de vista da análise turística, é aquela que busca detectar se o turismo destrói ou não o meio ambiente. Assim, o *a priorismo* promotor preocupa-se em detectar se o turismo é uma atividade que degrada ou não o meio ambiente. Preocupa-se em avaliar se tal atividade está ou não suficientemente monitorada para tal avaliação. Daí, para este pensamento, a importância da noção de *capacidade de carga*, para avaliar qual a capacidade que um determinado meio tem de receber a atividade turística de modo a não causar danos ao meio visitado¹²

Contudo, do nosso ponto de vista, esta perspectiva contorna um problema histórico e categorial, de modo a não refletir processos anteriores que são pressupostos do próprio turismo, o que permitiria de um modo mais conceptual, portanto, compreender qual é o papel do turismo como condição de algo. O que ocorre de fato, é que o turismo passa a ser encarado como objeto de análise e aí o pensar sobre o mesmo recai numa busca descritiva. Em outras palavras, o fato de ele não ser admitido como fenômeno impede que o conhecimento faça o seu profundo e necessário caminho para encontrar a essência, ou seja, o movimento do vir-a-ser existente no próprio presente. Somente uma perspectiva processual permite compreender o atual como momento de um percurso maior. Não se pode, do ponto de vista aqui expresso, portanto, eleger o turismo como objeto de estudo, mas sim como fenômeno através do qual caminha-se para um percurso de maior profundidade. O fenômeno turismo, portanto, carrega com ele, talvez, a história do processo de modernização ocidental e propõe a sua reprodução sobre novos termos. Daí uma postura metodológica teórica que vá de encontro a outra pragmática e a-conceptual.

Isto não implica dizer, contudo, que a Geografia não tem nenhuma relação com o turismo, pelo contrário. Defendemos aqui que o turismo, na sua expressão moderna e contemporânea, ou seja, de massa, revela uma nova relação sociedade x natureza a qual não pode mais ser compreendida *apenas* nos termos em que esta última realiza-se como recurso natural. Frisamos o *apenas* para tornar claro que a natureza como recurso natural do processo produtivo realizador do valor, portanto, produtor de mercadorias, ainda permanece. Contudo, a relação sociedade x natureza, (tão cara ao conhecimento geográfico e por muitas vezes identificadora do próprio *objeto* da Geografia) que põe esta última como recurso natural, este processo não é suficiente para elucidar a relação sociedade x natureza contemporânea, onde o turismo realiza-se como expressão da mesma.

Isto não implica dizer, contudo, que a primeira forma de relação que resulta em fenômenos contemporâneos conhecidos de nós não nos interessa, dentre eles o que nos interessa mais de perto a crise ecológica, ou seja, a dificuldade que a natureza tem de repor os seus próprios ciclos. A realização social do natural como *recurso natural* atua como pressuposto de uma nova forma expressa pelo turismo de massa¹³ Este último, portanto, é expressão fenomênica que merece ser elucidada no seu processo de constituição e de proposição. Isto quer dizer que o turismo contemporâneo é resultado e condição de algo que pode estar além dele mesmo. Aliás, esta é uma característica fundamental de todo fenômeno, pois, ao expressar a sua essência, não é somente expressão, mas traz à superfície a essência ao mesmo tempo que há o estabelecimento de novas relações. Neste sentido, uma das importantes relações estabelecidas é a da relação entre sujeito e objeto. Assim, a possibilidade de recair sobre o fenomênico, de modo a constituir as determinações mentais como as do próprio ser, não deve ser desperdiçada em nome de um reducionista: "pra que isto serve?"

Se o fenômeno permite conhecer o seu processo de constituição e sua essência, queremos argumentar que o conhecimento de tais elementos (fenômeno e essência) e sua relação é uma oportunidade que as ciências humanas não devem desperdiçar. Assim, do ponto de vista do turismo, a compreensão da "exploração industrial" da natureza (isto já é uma redundância) através do trabalho moderno (isto já se constitui como uma outra redundância que o veremos porque) é um pressuposto cuja não compreensão impede uma avaliação do sentido conceptual de uma nova e fetichizada exploração da natureza, a turística. Em outras palavras, o nosso argumento é de que o turismo do século XX expressa de forma fenomênica uma nova relação sociedade x natureza, onde esta última não se coloca apenas como pressuposto material do processo de produção no sentido estrito e amplo. Pelo contrário, ela passa de pressuposto a realizar-se como resultado do processo social e o turismo não só expressa como atua nesta inversão de posição da natureza diante de tal relação. Enfim, a natureza de dádiva, passa a ser produto, o que implica, por si só, uma relação fetichizada do ser social com sua condição/produto material. A produção do natural, queremos insistir, permite já compreender uma contradição. Como é possível que o natural realize-se como produto industrial?¹⁴ Não estaria aqui um fetiche a ser melhor compreendido? Neste sentido, procuramos desenvolver neste artigo como que há uma específica noção de natureza que passa a ser repostada pelo turismo e, portanto, os níveis de fetichização do natural que este processo comporta, o que implica numa relação intrínseca com o processo econômico e social como um todo. Afinal trata-se de uma crise da produção do valor do setor produtivo industrial que busca realizá-lo em setores não especificamente produtivos.

Isto implica dizer que a realização fenomênica desta relação através do turismo comporta dois níveis de pressupostos, tanto o lógico como o histórico, pois o desenvolvimento histórico da Formação Econômica e Social capitalista

vem no sentido de forjar, construir uma racionalidade cuja lógica passa a constituir-se como processo social e, portanto, como forma de sociabilidade, o que implica elucidar o seu aspecto duplo. Do ponto de vista lógico cabe salientar, numa perspectiva marxiana, a proposição de Granou¹⁵ a qual elucida que a sociabilidade sobre o capitalismo constituiu, portanto, o *Reino da Mercadoria*. Isto implica dizer que esta forma básica sob a qual ainda assenta nossa sociedade comporta condições lógicas que a partir delas atingem-se os nexos lógicos do próprio capital. Daí a importância destes nossos primeiros pressupostos, que posteriormente comportam uma compreensão de sua constituição.

Pressupostos lógicos

A proposição marxiana sobre a mercadoria, desenvolvida nos primeiros capítulos de *O Capital*, fundada sobre a noção de valor de uso e valor de troca, é de fundamental importância para compreendermos a forma específica como as diferentes atividades sociais encontram-se abstraídas na forma historicamente definida como trabalho, sendo esta abstração um pressuposto lógico do que denominamos aqui de crise ambiental, pois revela uma moderna relação sociedade X natureza.

Isto porque a forma social fundamental da mercadoria – célula básica da sociedade moderna – realiza-se como *forma* da equivalência. Ou seja, as diferentes qualidades dos produtos passam a ter uma medida social a qual põe as diferenças na condição de equivalentes. Embora esta relação se estabeleça com um sinal de igualdade a expressão “equivalência” como forma social, desenvolvida por Marx, não deixa enganar que tal relação identificada pelo sinal (=) se estabelece a partir de um processo de abstração no sentido hegeliano do termo, ou seja, no sentido de subtração¹⁶. Abstrair, portanto, é subtrair, neste caso, as diferenças qualitativas, de modo a impor sobre as mesmas as determinações da quan-

tidade, ou ainda, propor a indiferença entre verdade e exatidão.

Contudo, tal processo de equivalência pressupõe uma medida necessária para a realização da equação sem a qual não se é possível efetivá-lo. A isto corresponde a interrogante de Aristóteles citada por Marx nestes primeiros capítulos d’*O Capital*, quando o filósofo pergunta o que faz coisas tão diferentes como almofadas e casa serem trocadas como se fossem iguais. Na verdade, Aristóteles ao questionar a equivalência, no seu exemplo de 5 almofadas = 1 casa, pergunta pelo padrão de medida que possibilita tal relação. Contudo, se a mercadoria sintetiza momentos sociais, inclusive os da sua produção, o próprio trabalho, portanto, produtor de mercadorias, também realiza-se como abstração. Neste sentido, a resposta à interrogante aristotélica é esclarecida por Marx:

“Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.

*Consideremos agora o resíduo dos produtos do trabalho. Não restou deles senão a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida. (...)”*¹⁷

O trabalho como tempo de trabalho – portanto, abstração do qualitativo – só é possível quando passa a ter por finalidade realizar-se como mediação social, como realização da “*ideologia de toneladas*”¹⁸. A forma da equivalência, portanto, deixa entrever que de fato as propriedades qualitativas da mercadoria se estabelecem como meio de realização do próprio valor contido nelas, valor este expressão do dispêndio abstrato

de trabalho humano em geral. Assim, numa sociabilidade específica onde todo ato social tem por objetivo realizar o valor, ou seja, valorizar o dinheiro através do emprego de sempre mais trabalho, o valor de uso do valor de uso contido nas mercadorias, em quaisquer relações de troca sob o prisma do capital, tem por objetivo realizar o valor.

*"Na troca de capital por trabalho o valor não é o que mede a troca dos valores de uso, senão o próprio conteúdo da troca"*¹⁹

A perda das qualidades do trabalho, ou melhor, as diferentes atividades sociais reduzidas à noção de trabalho, põem o trabalho como fim-em-si-mesmo, cujo sentido é definido pelo objetivo de realizar-se como mais trabalho. Nesta abstração, porque toda atividade concreta realiza-se como um determinado *quantum* de dispêndio de energia, o conteúdo sensível do trabalho perde o seunexo social pois tem como característica o trabalho como auto-referência e realiza-se, portanto, como uma forma de socialização a-social. E isto num duplo sentido. Por um lado, toda sociabilidade da Formação Econômica e Social capitalista estabelece-se *a posteriori*, ou seja, somente após as relações de produção já terem se realizado em esferas separadas, em diferentes ramos produtivos etc. é que torna-se possível verificar a validade dos pressupostos da produção sobre a lógica do valor. A equidade das diferentes atividades produtoras de mercadorias, portanto, é ilusória e é esta *ilusão necessária* que faz os agentes sociais atuarem na expectativa de que todo trabalho realizará valor. Por isso mesmo, não é possível segundo a interpretação de Giannotti, haver contradição sem o fetiche. É o caráter lógico formal quantitativo das relações sociais capitalistas que difunde a possibilidade de se confrontar as diferenças como se elas não o fossem. Só através desta ilusão torna-se possível realizar o tempo médio de trabalho, uma medida que se realiza *a posteriori*, como se de fato existisse já no ato de produção. Só através

dessa *ilusão* põem-se os agentes do capital a realizar uma lógica que se automatiza no interior do próprio processo social. É esta, para o autor em questão, a importância do fetiche marxiano do capital na realização da socialização sob a lógica do valor. Portanto, numa esclarecedora e atual diferenciação de Marx e Hegel, o autor coloca que, na noção de fetiche os atos sociais que se caracterizam pelas lutas de captura do valor socialmente produzido, o conceito de Capital está definido aprioristicamente. O conceito de Capital, do ponto de vista da forma social, está *ilusoriamente* posto no início. Só assim torna-se possível agir na expectativa do lucro. Ao contrário de Hegel onde o conceito realiza-se como resultado que não só conteria todos os seus momentos anteriores, mas também seria o resultado da conciliação dos seus termos contraditórios. Do ponto de vista do Capital, no aspecto de sua forma social, o conceito é *a priori* porque só assim podem as contradições realizarem-se. Portanto, para o autor, a noção de fetiche não deve expressar apenas uma forma de inconsciência. Apesar de não dispensar nas entrelinhas este aspecto fundamental, o sentido de *ilusão* deve levar a uma inconsciência específica, ou seja, a de revelar uma sociabilidade não contraditória de modo a permitir a permanência da contradição. Vale a pena ficarmos com esta extensa citação:

"Note-se, porém, que mesmo nesse estágio mais elementar de sua análise Marx não desiste de fazer corresponder a essa forma mensurante uma realidade sicionatural, pois o trabalho simples e abstrato exprime um dispêndio natural de energia física. Mas a grandeza social desse gasto não se determina fora da troca. O que nos interessa, porém, é que não há, pois, contradição sem fetichismo, sem que se constitua aquela ilusão necessária que induz os agentes a agirem coordenadamente no seio de sua diferenciação.

Começa a se conformar o sentido da inversão da dialética hegeliana. A identidade re-

sultante da contradição é ilusória, a despeito de servir de parâmetro para uma forma de sociabilidade que afirma a socialização de todos os trabalhos conforme nega suas particularidades concretas, constituindo assim um produtor universal como agente de uma identidade, o equivalente geral, cuja completude também é ilusória. Cria-se um espaço ilusório de equidade para encobrir aquela luta intestina entre aqueles que percebem seus esforços sendo medidos pelo parâmetro abstrato do valor, mais ainda do capital, violência que precisa ser ocultada para que o desenvolvimento das forças produtivas possa avançar. Forças sociais opostas vão ao fundo para criar um espaço de conciliação automático, já que aparentemente não são opostas mas complementares. (...) Dessa óptica, a universalidade completa é o fetiche, a luta e o confronto com a natureza, a efetividade. Mas o fetiche é real, pois os homens se comportam por ele e para ele.”²⁰

Isto define um papel do ato de troca de mercadorias no seu respectivo mercado de reunir todos os momentos da vida social. Nos momentos em que a valorização do valor não se realiza revela-se, pela não-troca, de modo indubitável, a a-socialidade de tal socialização. Por outro lado, relações de trabalho privadas, convertem-se em seu contrário, trabalho em forma diretamente social,²¹ contudo, de forma objetiva, como esclarece Marx. Isto porque as relações sociais que estão sintetizadas na mercadoria ao expressarem a sociabilidade em tempo de trabalho, externalizada na forma de preço, estabelecem a ilusão de que a relação social entre as pessoas apareça como relação entre coisas, objetos trocáveis. Contudo, cada mercadoria, contém um *quantum* de sociabilidade. Uma socialização a-social não apenas pela equivalência pelo trabalho, nem somente pela sempre presente crise do conceito *a priori*, mas também porque individualiza esta forma de socialização na esfera do consumo.

Por outro lado, como um segundo aspecto desta socialização a-social, destaca-se uma prática não somente a-social como também desagregadora de si mesma. Em outras palavras, a perda do conteúdo sensível do trabalho (isto quer dizer que o trabalho deixa de ser medido pelas necessidades e passa a ser, como já dissemos, apenas um tempo quantificado necessário para valorizar o valor, isto é, as necessidades deixam de ser a medida do trabalho e o próprio trabalho passa a ser a medida de si mesmo) estabelece, num sentido extremo, determinações de porte simplesmente quantitativas. O deslocamento do valor de uso do trabalho como fim, medido por uma necessidade social, para meio de realização do valor, põe como resultado deste processo tautológico²² o caráter evidentemente destrutivo do trabalho.

“A ‘força produtiva ciência’ gerada cegamente pelo próprio capitalismo criou assim no nível substancial-material potências que já não são compatíveis com as formas básicas da reprodução capitalista, continuando-se não obstante a encaixá-las forçosamente nessas formas. A consequência é a transformação das forças produtivas em potenciais destrutivos, que provocam catástrofes ecológicas e sócio-econômicas.”²³

Isto nos remete a duas necessárias digressões. Uma primeira a mostrar a relação intrínseca entre capital e trabalho, ou seja, o trabalho apresenta-se como um dos momentos do capital. Se este último aparece como resultado do processo produtivo segundo os moldes do valor, já vimos que este resultado é *ilusoriamente* colocado como princípio. Embora tal ilusão torna-se concreta, o trabalho não deve ser visto simplesmente como algo que se contrapõe ao capital, pelo contrário, a crítica ao capital deve necessariamente coincidir com a crítica ao trabalho²⁴

Um outro aspecto, de fundamental importância para o nosso tema em questão, é que ao

realizar-se o trabalho como *ideologia das toneladas*, não só o trabalho, os produtos do trabalho, os meios de produção, etc., como a própria natureza realizam-se, nesta sociabilidade específica, como propriedades alheias, e isto, do ponto de vista da natureza realiza-a, socialmente, como *recurso natural*. A indiferença do conteúdo concreto do trabalho remete-se, portanto, a todos os elementos desta sociedade, incluindo aí os seus pressupostos materiais. Assim, a própria matéria, condição do trabalho, realiza-se socialmente como determinada quantidade de elementos passíveis de serem valorizados pelo trabalho produtor de valores.

Isto quer dizer, em outras palavras, que a crise ecológica que os séculos XX e XXI herdaram dos duzentos anos de imposição forçada ou naturalizada da centralidade do trabalho, como prática social, apenas revela a perda do conteúdo sensível, característica essencial da categoria trabalho. Não que o trabalho concreto deixe de existir, pelo contrário, ele existe, mas apenas como mediação necessária de seu próprio processo de abstração. Enfim, isto significa dizer que não é o trabalho concreto que põe o sentido da sociabilidade, mas a sua abstração. Esta herança revela também que a perda do conteúdo concreto das diversas atividades sociais na forma de trabalho realiza como conteúdo desta categoria o seu aspecto crítico.

Neste sentido, a crise ecológica da qual somos herdeiros é apenas expressão fenomênica de uma crise qualitativa necessária para a realização do mundo da equivalência. Portanto, a realização da forma da equivalência como nexos social equivale também ao desenvolvimento do potencial destrutivo do trabalho.

"Assim sendo, o modo de produção capitalista encontra seu fundamento, sua razão de ser, na possibilidade socialmente efetiva de medir, por uma abstração, o trabalho vivo como produto. Essa forma de homogeneizar os processos de trabalho dá a este seu caráter histórico e datado, empresta determina-

ções formais ao contínuo metabolismo entre o homem e a natureza." ²⁵

Não seria esta realização/destruição da prática social moderna suficiente para justificar uma profunda crítica à sociedade do trabalho? Não seria isto suficiente para desconfiarmos de toda tentativa reformista de uma sociedade cujo pressuposto é um ponto de vista auto-destrutivo? Isto já não justificaria o bastante uma necessidade de aprofundarmos a Crítica à Economia Política desenvolvida por Marx, mais do que defendermos os reformismos da Economia Política? Não seria isto possível através de uma crítica do seu fundamento, ou seja, através de uma crítica do próprio trabalho²⁶ ?

Assim, a crítica do trabalho, através da crise ecológica, mostra uma crítica objetiva do mesmo, porque é oriunda de sua própria racionalidade. A crítica radical, portanto, não se limita a uma atitude de um sujeito volitivo apenas, mas se estabelece a partir do desenvolvimento de sua própria lógica histórica e categorial, ou seja, a crítica do trabalho é objeto crítico do próprio trabalho, este faz a crítica de si mesmo, porque dentro de sua lógica encontram-se os seus próprios limites. Como afirma Marx nos *Grundrisse*, o trabalho é contradição viva.

" Por de pronto: el capital fuerza ao obrero a pasar del trabajo necesario al plus-trabajo. Sólo de esta suerte se valoriza a sí mismo y crea plusvalor. Pero, por otra parte, el capital sólo pone el trabajo necesario hasta tanto y en la medida en que éste sea plus-trabajo y en que el plus-trabajo sea realizable como plusvalor. Por consiguiente, pone el plus-trabajo como condición del trabajo necesario, y el plusvalor como límite del trabajo objetivado, del valor en general. Tan pronto como no puede poner al primero, tampoco pone al trabajo necesario, y sólo puede ponerlo sobre esta base. De modo que el capital limita como dicen los ingleses, con un artificial check - al trabajo y a la creación de

valores, y preciamente por el mismo motivo y en la medida en que pone plus-trabajo y plus-valor. Conforme a su naturaleza, pues, pone al trabajo y a la creación de valores una barrera. La cual contradice su tendencia a ampliarlos desmesuradamente. Como el capital por un lado les pone una barrera específica y por otro los empuja por encima de toda barrera, es una contradicción viva.”²⁷

Pois, menos trabalho necessário cria mais mais-trabalho, portanto, o trabalho necessário é menor em relação ao capital o que, para o processo de valorização do capital, equivale a dizer que o capital é relativamente maior em relação ao trabalho necessário que o próprio capital põe em movimento. Neste sentido, o paradoxo revela-se em contradição quando o mesmo capital põe de fato em movimento mais mais-trabalho, e conseqüentemente menos trabalho necessário. Assim, é oportuno dizer que nestes rascunhos d’O *Capital*, Marx mostra que a análise categorial do capital deve necessariamente comportar uma dinâmica que é ao mesmo tempo histórica, pois a maior produtividade do trabalho significa que o capital necessita menos trabalho necessário para produzir o mesmo valor e maiores quantidades de valores de uso.²⁸

É sob este duplo aspecto, categorial e histórico, que torna-se possível pensarmos a categoria trabalho como algo historicamente definido. É na sua condição de mediação social, produtor de valor, que torna-se possível pensá-la como algo característico da sociedade capitalista. É somente nesta situação específica que se definem as mais diversas atividades sociais na condição abstrata de trabalho. Portanto, trata-se de uma forma específica de sociedade onde a riqueza se estabelece a partir do trabalho como *tempo de trabalho*, na medida em que é este tempo de dispêndio abstrato de força de trabalho que irá valorizar o valor. Somente, portanto, nestas condições torna-se possível classificar as mais diversas atividades, como já dissemos, como trabalho. Portanto, a não transitoriedade da cate-

goria trabalho torna-se possível porque o trabalho como forma de abstração de atividades concretas é uma forma fundamental específica da sociabilidade capitalista moderna. É histórica, portanto, porque o relacionamento categorial do capital é ele mesmo crítico. Por isso que buscase destacar aqui a noção de *crítica objetiva do trabalho*, no sentido de demonstrar a crítica imamente presente na relação entre trabalho e valor. É sob este ponto de vista, que torna oportuno para Postone diferenciar riqueza real e valor:

“O contraste entre valor e ‘riqueza real’ - isto é, o contraste entre uma forma de riqueza que depende do ‘tempo de trabalho e do conjunto de trabalho empregado’ e uma (forma) que não depende - é crucial a estas passagens (citações dos Grundrisse feitas pelo autor) e para entender a teoria de valor de Marx e sua noção da contradição básica da sociedade capitalista. Ela indica que o valor não se refere à riqueza em geral, mas é uma categoria transitória e historicamente específica que propositadamente toma a fundação da sociedade capitalista.”²⁹

Portanto, a crise das categorias fundantes do capital tais como trabalho e valor se relacionam entre si através de uma proposição crítica, pôr isso mesmo e somente por isso podem por a si mesmas como históricas. Isto quer dizer, em última instância que toda análise categorial do capital reivindica, por assim dizer, a compreensão de sua condição histórica. A estrita compreensão lógica, mesmo que levando em consideração sua perspectiva contraditória, pode - apesar disso - impedir o próprio sentido da compreensão materialista e dialética do real, caso contrário hipostasia-se a contradição mesma.

Neste sentido, a própria forma de sociabilidade a-social do capital expõe-se, como um de seus momentos, através de uma crise ecológica. A possibilidade de fim das condições materiais do trabalho revela, expresso de uma outra forma que não só através das equações estrita-

mente monetárias, outros aspectos que se apresentam como limite histórico de uma sociabilidade apoiada na valorização do valor. Contudo, a perspectiva crítica do processo não evita um caminho que se dirige à realização do que Kurz chamou de *emancipação negativa*, ou seja, numa perspectiva em que o processo seja o de uma crise acompanhada de uma ausência de formas de sociabilidade capazes de reproduzirem-se assentadas sobre os pressupostos de uma *razão sensível*.³⁰ Isto não deve ser confundido com um argumento que busca justificar o *status quo*, mas o de destruir mais uma das ilusões do mundo contemporâneo, a de um otimismo teleológico e, portanto, não refletido. A perspectiva crítica do processo de equivar o diferente, põe como possibilidade, ao contrário do que possa parecer, o desenvolvimento de sujeitos no processo crítico do *sujeito automático*. Este último pressupõe o que Marx chamou nos prefácios de *O Capital* a existência de leis férreas na sociedade capitalista.

*"Em si e para si, não se trata do grau mais elevado ou mais baixo de desenvolvimento dos antagonismos sociais que decorrem das leis naturais da produção capitalista. Aqui se trata dessas leis mesmos, dessas tendências que atuam e se impõem com necessidade férrea."*³¹

É um percorrer do processo social onde o próprio subjetivo realiza-se como mediação para a realização da objetivação de relações sociais que se estabelecem como *leis naturais*, embora historicamente definidas.

"Não pinto, de modo algum, as figuras do capitalista e do proprietário fundiário com cores róseas. Mas aqui só se trata de pessoas à medida que são personificações de categorias econômicas, portadoras de determinadas relações de classe e interesses. Menos do que qualquer outro, o meu ponto de vista, que enfoca o desenvolvimento da for-

*mação econômica da sociedade como um processo histórico-natural, pode tornar o indivíduo responsável por relações das quais ele é, socialmente, uma criatura, por mais que ele queira colocar-se subjetivamente acima delas."*³²

Isto permitiria, portanto, que processos produzidos socialmente adquirissem uma dinâmica própria que, apesar de sociais, não são de controle de nenhum indivíduo. Na verdade, são processos que se passam como se fossem naturais, de modo que constituem a inconsciência como forma de consciência sob o capitalismo.³³ No entanto, a evidência da crise de tais leis não exclui o desenvolvimento de certas ilusões que buscam dirimir o acirramento das contradições. São as assim chamadas *ilusões necessárias* que evitam o desgaste do processo crítico, cuja gênese comporta a compreensão da ruptura de relações pré-modernas que culminaram no aprofundamento da cisão entre sociedade e natureza. Na realidade, a sociedade moderna vai caracterizar-se como tal exatamente nesta forma específica de sociabilidade onde o seu pressuposto material coloca-se como objeto manipulável.

Este retroceder quantitativo aos seus pressupostos se estabelecem a partir de determinações históricas que impulsionaram posteriormente o desenvolvimento de todo o capitalismo, guardadas certamente as diferenças de cada caso. Certamente, este condicionante histórico está relacionado à gênese da moderna propriedade privada da terra, elemento que impulsiona a separação entre sociedade e natureza como forma de sociabilidade e cria as reais condições para o desenvolvimento do turismo de massa.

Pressupostos históricos

O processo de formação da propriedade privada da terra, como gênese das mais diversas propriedades (do trabalho, do produto do trabalho, dos meios de produção, a natureza como propriedade privada, etc.) e, portanto, das mais

diversas separações (separação do trabalho e seu produto, do camponês e seus meios de reprodução, da sociedade e da natureza, a qual lhe retorna como propriedade, mercadoria) comporta um processo de violência que culminou com a destituição de certos laços de sociabilidade que se firmavam em sintonia com os ciclos naturais, tais como as estações do ano, o dia e a noite, o movimento dos astros, etc. A noção de sintonia tem a intenção, portanto, de revelar que nem sempre esta relação entre as diversas comunidades e o seu *laboratorium*, como diz Marx nos *Grundrisse*, revela-se segundo os padrões de uma opressão de tais ciclos por sobre as então atividades comunitárias. Por outro lado ainda, não se pode derivar desta afirmação que se pretende afirmar neste trabalho uma expectativa romântica sobre o que modernamente denominamos de pré-moderno. Se o sentido da história social foi o de desenvolver sobre si um constante aprofundamento do conhecimento das leis naturais, o que derivou também de uma sempre nova prática social, não se pode negar que tal processo coincidiu com o desenvolvimento de leis sociais que passam a se constituir como segunda natureza, no sentido de se naturalizarem processos de dominação e supressão que são encarados dentro dos mesmos padrões das leis da natureza. Afirmamos, então, que o contínuo reconhecimento dos fenômenos naturais, na forma moderna como se deu, coincide com um ocultamento dos processos sociais que passam a ser naturalizados. Isto porque a sociedade que se inscrevia numa relação de subsunção e ao mesmo tempo de sintonia com os ciclos naturais passa, de forma violenta, a ser jogada para novas relações sociais que fazem parte de uma racionalidade que lhes é superior e os domina. A novidade que se afirmava constituía-se em tornar central algo que nas sociedades pré-modernas aparecia de forma marginal, isto é, a troca. Ao transcórrer sobre o trabalho assalariado no século XIV Marx mostra como que este ainda não caminhava na mesma velocidade da demanda que por ele se fazia. Daí a conclusão de que a grande parte do que se

constituiria como fundo de acumulação ainda estava pressuposto como fundo de consumo.³⁴

Para isto, portanto, o existente, pré-capitalista, passa a se inserir socialmente nesta nova racionalidade social que se afirmava através de uma potencialização externa a ele dos elementos que continha e se realizavam como pressupostos do novo que se impunha. Ao realizar-se como tal, como pressuposto, a condição daqueles que assim se inseriam era a de uma subordinação material e espiritual. As mais diferentes atividades camponesas eram pressupostos do trabalho na indústria nascente, a propriedade comunal, pressuposto da propriedade privada, a troca simples pressuposto da ampliada. Por isso mesmo este processo de ruptura da sociabilidade comunal foi denominado por Marx de *acumulação primitiva*, ou seja, realização dos pressupostos do modo de produção capitalista por formas não capitalistas. A expropriação das terras camponesas, no entanto, é um nítido exemplo deste fenômeno. A separação do camponês de suas condições de vida, o que implica dizer separação da própria natureza, aparece como resultado desse processo.

"A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como 'primitivo' porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

" A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela."³⁵

Como dissemos, este novo fenômeno tem por fundamento o desenvolvimento da propriedade privada da terra onde se constituía uma forma de sociabilidade assentada em laços comunitários de propriedade. A afirmação histórica do novo representou, portanto, não só a ruptura dos laços comunais deve-se levar em consideração que os cercamentos ingleses deram-

se especialmente nas terras comuns mas também a ruptura das espacialidades agrárias ora constituídas. As formas de sociabilidade que se expressavam e realizavam através de espacialidades próprias vão-se romper para gerar a nova espacialidade capitalista.

*"Assim, com a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. E somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita."*³⁶

O campesinato reposto por este processo de ruptura aparece, mesmo em Marx, como um campesinato subordinado à nova indústria nascente. É, portanto, um campesinato produtor de matérias primas. É importante também observar, para o nosso tema em questão, que este processo de ruptura das formas pré-capitalistas são preenchidas por diversas separações, fragmentações de modo que a indústria doméstica, antes momento da totalidade do mundo camponês, agora passa a se estabelecer como um esfera totalizante da vida social. É através destas separações que vão se estabelecer uma separação social dos ciclos naturais, pois o tempo social do trabalho, expresso no modo de produção baseado na produção industrial, passa a subordinar o que antes eram atividades as mais diversas e qualitativamente diferentes. Só assim, portanto, torna-se possível uma dominação social estabelecida pelo tempo que resulta numa sociabilidade que se distancia do natural e o repõe naturalizando o social. Dentre as diversas separações produzidas pela propriedade privada está a separação, o distanciamento social da natureza. Isto por dois aspectos, primeiro pela capturação privada do natural, segundo pela subordinação dos ritmos naturais à repetição do valor. É só a partir

desta determinação histórica que o *turismo* de massa passará, no século XX, a ser um resultado do mesmo que terá como papel repor, ilusoriamente e sob o ditado do econômico, uma re-aproximação da sociedade a uma agora *idílica* natureza. Não é ao acaso, portanto, que o *turismo* como atividade de massa, irá se impor controlando através de um espaço o tempo. A noção de tempo livre é flagrante neste processo³⁷

O sentido histórico da modernidade, portanto, realiza a imposição do tempo abstrato por sobre o tempo concreto, ou seja, o tempo que era contado, ou ainda, dependente de eventos concretos passa a ceder cada vez mais a um tempo de medida contínua, o que não implica dizer que o tempo concreto deixa de existir. A noção de produtividade como forma social da mercadoria passa, ao contrário, a comandar as atividades. É a emergência desta nova forma social, que justifica, na Europa, o desenvolvimento em grande escala da produção de relógios de trabalho.³⁸

*"Temporalidade como uma medida de atividade é diferente da temporalidade medida pelos eventos. Ela implicitamente é um tipo de tempo uniforme. O sistema de sinos de trabalho, (...), desenvolvido dentro o contexto da produção de ampla escala para a troca, baseou-se sobre o trabalho assalariado. Ele expressava a emergência histórica de uma relação social de facto entre o nível dos salários e a produção do trabalho como temporalmente medida - a qual, por sua vez, implicou a noção de produtividade, de produção do trabalho por unidade de tempo."*³⁹

A dominação pelo tempo abstrato, portanto, baseado na produtividade do trabalho, realizar-se-ia ainda mais no momento em que o próprio desenvolvimento da energia elétrica criaria a possibilidade de romper, de um modo mais intensivo, a ligação entre as atividades sociais e os ritmos cósmicos. É a partir desta perspectiva que Kurz faz uma crítica à razão iluminista no sentido de evidenciar que tal racionalidade era a

consciência social necessária para o desenvolvimento das relações burguesas. Por isso mesmo, o autor em questão, expõe sua argumentação de forma dupla (luzes tanto da razão como a da electricidade), sintética e complementar ao afirmar que sob a ordem da sociedade baseada no valor é a luz da razão iluminista que clareia os turnos da noite, ou seja, com o tempo de trabalho abstrato, torna-se possível o dia avançar sobre a noite.⁴⁰

Para Lefebvre, este tempo definido pelo capital acaba por revelar o potencial destrutivo do mesmo. Trata-se de um tempo destrutivo:

“O capital substituiu estas alternâncias pelas dualidades conflituais de produzir e de destruir, com prioridade crescente da capacidade destrutiva que chega a seu cume, é alçada à escala mundial. Joga, então, um papel determinante na concepção do mundo e do mundial, pelo lado negativo.”⁴¹

Embora o autor reconheça uma certa obviedade da forma como ilustra tal relação entre o ritmo do capital e um tempo linear chama a atenção para o fato de que repetir tal afirmativa faz-se necessário porque tais verdades ou idéias penetraram mal nas consciências, evidenciando a necessidade de dar um caráter de manifesto à questão que propôs a discutir.

Este tempo não teria ele se realizado através de um espaço específico? A ruptura do tempo concreto relacionado às relações agrárias, através de sua destruição e ou subordinação, a partir do mundo do trabalho não teria ela correspondido à uma ruptura espacial. É sob este prisma que torna-se possível compreender a noção de espaço de catástrofe em Lefebvre, pois a redefinição de uma forma de sociabilidade passa necessariamente a uma ruptura espacial. Daí a importância de compreendermos as proposições deste autor sobre o espaço capitalista como o espaço de catástrofe de um outro, perspectivo:

“Para o espaço perspectivo, o espaço de ca-

tástrofe será o espaço capitalístico. Em um começa a ruína do outro. (...) Esta ruína do espaço perspectivo é caracterizada pelo fato de que um monumento, uma arquitetura, um objeto qualquer situa-se em um espaço homogêneo e não mais em um espaço qualificado (qualitativo): em um espaço visual que permite ao olhar e sugere ao gesto girar em volta. Picasso, Klee e os membros do Bauhaus têm simultaneamente descoberto que se pode representar os objetos no espaço, de modo que eles não têm mais face ou fachada privilegiadas. Eles não se orientam mais em direção àquele que eles olham ou que lhes olha. Eles estão em um espaço indiferente e são indiferentes eles mesmos a este espaço em vias de quantificação completa.”⁴²

Numa perspectiva intencionalmente dialética, Lefebvre busca compreender como que a ruptura de uma determinada forma social é imediatamente a apresentação prática de outra, o que não evita a presença de permanências. Neste sentido, a noção de catástrofe em Lefebvre não deve ser, sob forma alguma, encarada como descontinuidade absoluta, mas sim como produção de um outro a partir de e apoiado sobre as formas passadas. Portanto, o espaço de catástrofe é sempre o presentemente efetivado, ou seja, a catástrofe nunca refere-se a um simples nada. Daí a importância de se compreender o espaço capitalístico como o espaço de catástrofe do espaço perspectivo. Ou seja, a catástrofe deste é, imediatamente, a presença de seu outro, mas não do vazio, o nada em Lefebvre, portanto, é um nada determinado.

Se a acumulação primitiva de Marx revela este aspecto de construção da catástrofe do que para Lefebvre chamava-se *espaço perspectivo*, é possível encontrarmos em Engels o momento de gestação e constituição forçada disto que estamos considerando espaço capitalístico. Em outras palavras, estamos aqui nos apoiando numa proposição lefebvriana na qual todo tempo é uma forma de uso do espaço e o espaço uma forma de

apropriação do tempo, ou seja, se a introdução da lógica do valor, da produtividade, produz socialmente um tempo abstrato, este tempo só torna-se possível de realizar-se a partir de um espaço que lhe seja específico, qual seja, o *capitalístico*. Somente a partir de tal proposição torna possível tal autor afirmar que a todo modo de produção corresponde um espaço específico⁴³.

A oportuna descrição de Engels sobre o crescimento das cidades inglesas (Manchester, Londres...) no período de desenvolvimento das manufaturas têxteis pode ser compreendido, portanto, como o outro lado daquilo que se expõe na análise da acumulação primitiva de Marx, ou seja, o crescimento das grandes cidades apreciado por Engels na “Situação da classe trabalhadora na Inglaterra” é revelação de uma outra face (a face negativa, porque negação de seus pressupostos) de um mesmo processo, qual seja, a produção de um espaço necessário para a realização do tempo abstrato, tempo esse já discutido acima. Se Marx preocupa-se em analisar a formação dos elementos e categorias do capital através de rupturas e este processo é a acumulação primitiva mesmo em Engels o mesmo aparece pelo seu lado construtivo, ou seja, este último autor permite compreender sob quais termos se dá a produção do espaço de catástrofe em constituição, ou ainda quais são os termos postos por esta *negatividade* específica. Em suma, “A acumulação primitiva” de Marx e a “Situação da classe trabalhadora na Inglaterra” de Engels são as duas faces da mesma moeda. O predomínio de um espaço urbano, enfim, apresenta-se neste momento de transformações como aquele específico da formação econômica capitalística da era industrial caracterizado, portanto, pelo seu profundo caráter de anti-natureza. A artificialidade dos ritmos, ciclos, da própria vida enfim, expõe de forma contundente a formação de duas esferas da vida: a do natural e a do artificial de modo que se realizam em tempo e espaço separados. Somente a partir desta separação em esferas realizam-se as utopias urbanas de retorno ao natural, das quais as cidades-jardins da Inglaterra são

um exemplo cabal. Somente a partir desta separação, portanto, torna-se historicamente possível o turismo realizar-se como uma esfera que envolve tempo e espaço no mundo contemporâneo. Enfim, ele entra na divisão social do trabalho representando o retorno a algo que é vivido de forma dividida em esferas.

A *Situação da Classe Trabalhadora...* de Engels permite, portanto, uma compreensão do ponto de vista da formação histórica de um processo de representação. As condições de insalubridade, destacadas por Engels neste processo de produção do espaço urbano, são importantes no sentido de revelar a raridade de elementos que antes compunham a totalidade da sociabilidade agrária. O domínio sobre os elementos naturais no mundo moderno significou não somente sua rarefação como também sua privatização. Isto implica dizer que a propriedade privada da terra é não só fundamento do processo das separações já apontadas neste artigo, como sua permanência no interior da sociedade moderna permite que a própria natureza, contraditoriamente produzida, realize a apropriação privada do valor socialmente produzido através da renda da terra, ou seja, o turismo não deixa de se estabelecer na sua forma rentista.

A miserabilidade, a ordem imposta pela propriedade privada da terra, que do ponto de vista visual aparece como caótico, o aspecto fétido e insalubre de tal espaço revela que a sociedade produz uma dimensão tanto temporal quanto outra espacial, de modo que o tempo abstrato realiza-se como forma social através de um espaço que, tal qual a célula básica desta sociedade, a mercadoria, suprime as suas diferenças de modo a prevalecer a lógica da equivalência. Em outras palavras há uma nítida perda das qualidades do espaço, que torna-se quantitativo. A dominação, portanto, é ao mesmo tempo espacial e temporal. A mercadoria e o capital, enquanto forma social, realizam-se através não só de um tempo específico, mas também de seu espaço próprio onde a metrópole moderna é o espaço específico de realização do valor. A produção do espaço

urbano no século XX, generalizado nos mais diferentes lugares do planeta, não seria uma evidência deste processo de separação entre as esferas naturais e não-naturais? Enfim, não seria uma evidência do processo de artificialização de ritmos, ciclos, de modo a estabelecer descontinuidades entre um tempo cósmico e outro estritamente social? Esta artificialidade não traria ela uma necessidade de retorno à natureza que, no mundo moderno, se estabeleceria na forma de representação? Ou seja, a representação da natureza passa a realizar-se socialmente como se fosse a própria natureza, contudo, tal retorno reintegra-se junto à sociedade em sua forma especificamente social, qual seja, como mercadoria, produzindo uma contradição nos próprios termos, visto que a natureza não é somente condição de processos sociais, mas passa a ser produto do mesmo, resultado. Realiza-se, portanto, a perspectiva não apenas de produzirem-se momentos de retornos ao "natural" através de espaços para o consumo, mas a própria natureza se faz como objeto produzido.

O turismo, portanto, entra como resultado e condicionante de um processo histórico que busca repor tal contradição dentro de uma concepção social onde tal inversão - a natureza como produto mercantil - apareça, ao contrário, como um processo que caminha para o estado de equilíbrio. Não estaria aí a extrema falácia de um tão difundido "conceito" dentro das expectativas "científicas" turísticas de *desenvolvimento sustentável*? A necessidade social de repor o natural na forma de produto, de valor-de-uso e valor-de-troca, uma evidência cabal do aspecto crítico da noção de desenvolvimento, apoiada sobre o pressuposto destrutivo do trabalho, tão necessária para o processo de desenvolvimento das forças produtivas, não seria ela o estabelecimento de uma ilusão que reporia os pressupostos da contradição entre sociedade e natureza? O que argumentamos é que o turismo ao repor de forma ilusória o pressuposto na forma de resultado do processo, faz com que a sociedade restabeleça uma sociabilidade, dentro do possível, devido ao

desenvolvimento da crise do valor, baseada no caráter destrutivo do trabalho. Isto não só, mas também por isso, porque *representa* uma reprodução do natural, como retira a consciência possível dos processos gerais produtores desta sociabilidade devastadora. Isto porque não reivindica uma análise passível de fazer a crítica ao trabalho. Além disso, deve-se destacar o caráter de negócio que o próprio processo assume, de modo que a introdução do tempo livre como um setor acumulador de riqueza permite que diversos capitais ligados ao setor produtivo desloquem-se para a administração empresarial deste tempo de não-trabalho. Aqui, destaca-se o possível caráter rentista deste novo setor captador de valor, pois a propriedade privada da terra continua a estabelecer-se como um dos pivôs centrais deste processo, isto quer dizer que o "retorno" ao natural não deixa, em inúmeros casos, de pagar o tributo social à propriedade da terra.

O nosso ponto de vista aqui, portanto, é o de levar em consideração a possibilidade de o turismo, não apenas como uma atividade empresarial, mas também e talvez, principalmente, como uma forma de conhecimento acadêmico, tornar-se expressão de uma *ilusão necessária* que ponha em baixo do tapete as contradições da sociedade contemporânea com a natureza, expressas por uma crise ecológica. Assim, ao contrário de se levar em consideração os pressupostos de tal contradição, os seus termos, busca-se criar meios de repor a representação de um equilíbrio que atua como se fosse o próprio. Não estaria aí um segredo a ser desvendado nas mais diversas categorias turísticas tais como: ecoturismo ou turismo ecológico, turismo educativo, turismo que visa o desenvolvimento local, a noção de *capacidade de carga* ou ao estilo americano *carry capacity*, etc. etc.? Não estaria ele respondendo as diferenças e a ausência na sua pernóptica forma de *representação*⁴⁴?

É isto, portanto, o que esclarece o desenvolvimento de atividades turísticas em locais distantes e não integralmente integrados à lógica do valor. Sob o pretexto de trazer algum tipo de

remuneração às comunidades locais o que já é um contra-senso em si, pois muitas destas comunidades não definem sua sociabilidade a partir de relações monetárias⁴⁵, portanto, a inserção do dinheiro como definidor das formas de relações no interior das mesmas é já uma subsunção de tais comunidades ao nexos da mercadoria, o que implica nas alienações oriundas da lógica da equivalência apontada acima os programas turísticos, muito freqüentemente associação entre entidades governamentais e a iniciativa privada, visam "valorizar" as características locais de modo a torná-las mais atrativas do ponto de vista do turista. Sendo assim, a possibilidade de inserção de uma riqueza monetária oriunda dos gastos turísticos tornar-se-ia mais regular. Contudo, para que tal racionalidade se realize faz-se necessário uma ininterrupta exposição de tais diferenças ou particularidades, porque é a presença do turista quem passa a determinar os ciclos dos acontecimentos no local em questão. Isto implica dizer, portanto, que cria-se uma banalização da diferença e a forma como esta é insistentemente apresentada, às vezes diariamente, nos permite afirmar que certos elementos que tinham um sentido no interior de um modo específico de ser destas comunidades passam a realizar-se pela comunidade mesma como representação de si. Só assim a atividade turística pode ter perenidade. Certos rituais, festas, reuniões que tinham sentido num determinado ciclo comunitário, passam a realizar-se diariamente, independente de seu nexos com o conjunto de outras atividades, de modo a realizar cada membro comunitário como um ganhador de dinheiro. Neste sentido, o representado sofre o peso das determinações do representante geral, ou seja, do dinheiro. A comunidade, ou grupo, ou nação indígena, etc. passa a ser representação de si mesma, visto que o sujeito do processo passa a ser o próprio dinheiro.

Certas localidades ao longo do litoral nordestino do Brasil, por exemplo, realizam, em ocasiões especiais, em ocasiões de reprodução sintética de sua sociabilidade própria, uma dança

conhecida como "a dança da formiga"⁴⁶ onde mulheres em roda, batem palmas de acordo com melodias chorosas, enquanto no centro da roda uma dessas mulheres começa a se coçar ao mesmo tempo que o corpo adquire ritmos e movimentos não calculáveis. A graciosidade da dança, por chamar a atenção dos turistas, passa a ser repetida de modo frenético todos os dias, ou seja, os próprios moradores realizam sua realidade como cenário, ou ainda, tendencialmente, o cenário passa a ser a realidade vivida por tais moradores, o que já implica contradições, pois é a determinação do quantitativo, do equivalente geral, do representante, quem subjuga a sociabilidade como um todo. É sob esta lógica que deve-se calcular a assim chamada *capacidade de carga*? É a isto que a *turismologia* chama *desenvolvimento sustentável*?

Neste sentido, o espaço de catástrofe do seu correspondente pré-moderno é o espaço da produtividade, da inserção do trabalho como forma central de sociabilidade, enfim, da construção a longo prazo do tempo livre como forma específica e compositória do mundo do trabalho, não apenas como reposição das energias para o trabalho, mas como trabalho ele mesmo. Em outras palavras, a própria noção de tempo livre é o aspecto contraditório e identitário do mundo do trabalho. É, portanto, uma concepção que cabe especificamente ao mundo moderno, ou ainda, contemporâneo. É termo que revela, enfim, a não liberdade do tempo, o domínio social pelo tempo. Tudo deve tornar-se produtivo, a própria natureza, portanto, passa a ser elemento capaz de captar o valor socialmente produzido. A sua rarefação, porém, nada mais é do que expressão deste processo secular que ganha um ponto crítico nos dias atuais.

Não estaria aqui, portanto, uma das determinações históricas que contribuem para compreender o mundo das representações, dentre elas aquelas embutidas nas organizações turísticas modernas? Isto é, a perda da sintonia com os ciclos naturais de modo a haver um predomínio do tempo social, baseado nas relações monetárias abstratas, não estaria contribuindo para que um

possível “retorno” a isto que se perdeu realizasse através de representações, dentre elas a representação turística da natureza e do natural, incluindo aí a noção de comunidade? Mais que isso, a crise da realização do valor não teria ela trazido uma necessidade ampliada de realizar o “tempo livre” não apenas como um momento de reposição do trabalhador para o trabalho, mas tornado tal tempo, ele mesmo, um momento produtivo, tempo este agenciado por empresas específicas, quais sejam, as empresas de turismo?

É a partir de tais questionamentos que nos torna possível afirmar que neste momento de produção do espaço capitalístico há uma nova e impressionante relação sociedade x natureza. Esta relação, num momento em que se torna crítico o mundo industrial, a natureza não se realiza apenas como pressuposto do processo de produção de mercadorias, mas ela mesma, passa a ser resultado do mesmo. Para esclarecermos melhor este ponto devemos dizer que a própria natureza cuja condição conceitual se estabelece por um aspecto negativo, ou seja, ela é dádiva, é tudo o que não é produzido pela ação humana passa a ser reposta como produto muitas vezes industrial. Esta relação contemporânea, destacada por Lefebvre⁴⁷ entre sociedade x natureza, surpreendente, não é ela mesma, mais do que característica, caracterizadora da sociedade contemporânea? Não estabelece ela uma nova abordagem da então relação sociedade x natureza? Não é ela contradição e *ilusão* do processo social contemporâneo ao mesmo tempo? Nesta produção do natural, contradição que não é nos próprios termos, mas revela uma contradição da prática social, não estaria o turismo tendo um papel importante, portanto, na reprodução das relações sociais de produção? Ainda que não esteja colocado aqui se a realização do tempo de não trabalho como produtivo pode ou não repor os pressupostos do capital, o que queremos destacar é que no processo crítico do capital, o tempo de não trabalho passa a coincidir com formas mais intensas e intencionais de alienação e fetichização.

Neste sentido, portanto, para retomarmos Engels, o desenvolvimento das grandes cidades, nos termos por ele expostos permite-nos revelar que a racionalidade deste espaço de catástrofe remete a uma brutal separação entre social e natural. A perda da qualidade, portanto, não está estritamente ligada ao aspecto sujo e repugnante dos bairros operários, mas que este aspecto revela uma sobreposição do quantitativo como forma de sociabilidade. Este momento destacado pelo autor é extremamente oportuno porque revela um processo que ainda não produziu as ilusões de conformidade ao mesmo, ou seja, as contradições estão expostas. É somente no transcurso do processo que vão se criando as condições necessárias para o surgimento das representações, como forma de não revelação das contradições de fato presentes.

Com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas e sua conseqüente naturalização objetiva, os distanciamentos e as fragmentações resultantes deste processo passam a ser repostos na forma representativa e a natureza, seus ciclos etc. ou mesmo as formas comunitárias de vida passam a ser espetacularizadas como forma de suprir a ausência. Tal suprimento, repõe a natureza como propriedade privada, portanto, no mundo crítico do trabalho, não mais como pressuposto, porém como resultado do processo. A natureza, portanto, torna-se produto turístico. Nesse sentido, como argumentamos algumas vezes, é sob esta nova forma que ela realiza-se como uma nova mercadoria, é sob esta nova forma que podemos discutir tal representação como possível reprodução das relações sociais de produção. Este conceito torna-se fundamental, portanto, não porque, como também já dissemos, permite concluir se o capitalismo supera esta ou é superado por esta crise, mas importante, fundamentalmente, porque “detecta” onde localizam-se novos momentos de fetichização. Novos momentos da vida social onde o processo ilusório busca desenvolver-se.

Em um oportuno capítulo de Lefebvre de seu livro “*La survie du capitalisme*”, intitulado

“La re-production des rapports de production” retoma-se a questão de pensar onde se encontrariam os focus de re-produção do capital apesar de suas crises. Se no início da era industrial esta re-produção encontrava-se, do ponto de vista de Marx, na reprodução da classe trabalhadora, dos meios de produção, enfim, na reprodução dos pressupostos do capital, em outros autores tal fenômeno encontrava-se também em outros momentos. É o caso de Wilhelm Reich, citado por Lefebvre, que encontraria este foco de reprodução na própria estrutura familiar, onde havia um aprendizado para o mundo burguês visto que a própria estrutura familiar reproduziria a hierarquia da sociedade capitalista. Em Marx, é possível encontrar tal fundamentação nas formas como o processo de produção era constantemente reprodução de seus pressupostos. O salário, seria, neste sentido, a custo necessário para a reprodução do trabalhador, pressuposto da reprodução ampliada do capital. O contrato jurídico do trabalho, representa, portanto, uma relação de igualdade onde a hierarquia seria evidente. Somente através desta *ilusão jurídica* torna-se possível produzir a mais valia, a partir de uma relação entre capital e trabalho onde não há troca, desenvolve-se a aparência de troca. A forma do contrato jurídico de trabalho, estabelece, portanto, a ilusão de troca. Daí a fundamental importância, para Marx, de se *conceituar* a noção de *salário*.

Contudo, a redução crítica do mundo do trabalho permite a invasão do tempo produtivo em direção ao tempo livre. Há aí, portanto, um nítido contexto de re-produção das relações sociais de produção, pois é onde se dirigem os capitais nacionais, internacionais e aqueles em poder do Estado nacional.

“Uma análise crítica, mesmo que rápida, dos espaços de lazeres na França, por exemplo, na costa mediterrânica (e não apenas de determinada unidade de lazer clube, aldeia de férias tomada em separado), proporcionar-nos-ia uma primeira ilustração e uma pro-

va. Ela mostra como este espaço reproduz ativamente as relações de produção e contribui, portanto, para a sua manutenção e para a sua consolidação. Nesta perspectiva, os ‘lazerés’ constituíram a etapa, o intermediário, a conexão entre a organização capitalista da produção e a conquista de todo espaço.”⁴⁸

Portanto, o turismo, ao contrário de se constituir como uma fuga do cotidiano não seria a inserção social no Cotidiano com C maiúsculo? Nos termos lefebvrianos, portanto, não seria o Cotidiano o *terreno firme* para a instauração do *neocapitalismo*, para a re-produção das relações sociais de produção?

Ao nível das representações, portanto, estabelece-se a natureza sobre a qual domina o olho, o olhar, a passividade do espectador, não mais a participação do corpo inteiro⁴⁹ Abre-se, portanto, a perspectiva da constituição de uma sociedade espetacularizada⁵⁰, que espetaculariza a própria natureza⁵¹ como recomposição mercantil do natural, porém de forma não-natural, fetiche do fetiche, ilusão que torna-se necessária para o permanecer das contradições. Não estaria aí, mais uma vez, um caminho metodológico de buscarmos compreender a importância do *uso*⁴ como insurgência a revelar as possíveis rupturas às restrições do valor de uso e do valor de troca dentro de um processo que busca se impor como simples identidade?

Considerações finais

Nestas considerações finais torna-se importante destacar que apesar de se fazer uma análise do turismo baseado, muitas vezes, em autores não brasileiros, a perspectiva do artigo vem no sentido de realizar uma contraposição ao pensamento “promotor” que apesar de querer resolver as questões ligadas à natureza e ao nível de renda social pode, conscientemente ou não, apesar de sua aparência crítica, estar repondo os pressupostos de uma forma social contra a qual

ele mesmo se diz debater. O reformismo, portanto, recai na crítica da reprodução das relações sociais de produção e se insere na totalidade social como mediação que elude o aprofundamento do conhecimento em direção aos termos que compõem as contradições do mundo contemporâneo. Queremos enfatizar, portanto, que a pers-

pectiva de método nunca é apenas um pensamento, mas pelo contrário, é sempre uma postura e atitude diante do mundo. O contrapor-se à postura pragmática de ciência é, portanto, opor-se à reprodução das relações sociais de produção. Isto é já uma atitude, contudo, ela deve comportar a extrema *paciência do conceito*.

Notas

- É oportuno salientar que este texto é resultado das nossas discussões em sala de aula com os alunos de Turismo da ECA-USP, curso ministrado no 1o. e 2o. semestres de 2000; das discussões e debates com o grupo Krisis do Laboratório de Geografia Urbana, no Departamento de Geografia USP sob os cuidados do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann; das interlocuções com a minha Orientadora Profa. Dra. Amélia Luísa Damiani nos colóquios semanais sobre Marx e Lefebvre junto com meus colegas seus orientandos, a quem, todos, devo agradecer pela oportunidade de diálogos constantes. Aproveito para agradecer observações de Caio Mello.
- 1 À noção de *desenvolvimento local* liga-se o esforço teórico da Geografia em pensar o turismo através da relação globalxlocal. Deste ponto de vista o nome de Adyr A. Balastrieri Rodrigues do Departamento de Geografia da USP está inevitavelmente relacionado.
 - 2 CAVACO, Carminda *Turismo rural e desenvolvimento local* In: RODRIGUES, Adyr Aparecida Balastrieri -Turismo e desenvolvimento local Hucitec SP, 1996 (p. 101)
 - 3 CAVACO, Carminda op. cit. (p.102).
 - 4 CAVACO, Carminda op. cit. (p. 116)
 - 5 São comuns as propostas em transformar a população rural em anfitriã dos turistas, "melhorando" as condições de suas moradias para alojar o visitante.
 - 6 A nossa noção de espetáculo está baseada em JAPPE, Anselm *Guy Debord* Via Valeriano Marseille, 1995 a qual será elucidada ao longo do artigo.
 - 7 VARGAS, Heliana Comim *Turismo e valorização do lugar* - In: *Turismo em análise* - São Paulo, 9(1), maio de 1998 (p11)
 - 8 VARGAS, Heliana Comim op. cit. (p. 12) (grifo nosso)
 - 9 VARGAS, Heliana Comim op. cit. (p.14)
 - 10 COMUNE, Antonio Evaldo - *Turismo e meio ambiente na Amazônia. Perspectivas Econômicas do turismo Ecológico* - In: *Turismo em análises* - Vol. 2 (1), São Paulo, maio de 1991- (p. 54).
 - 11 Cf. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de - *Amazônia integrar para não entregar. Políticas Públicas na Amazônia* Papirus - Campinas, 1988.
 - 12 TULIK, Olga *Turismo e repercussões no espaço geográfico* - In: *Turismo em Análise, Eca USP* - v. 1 (2) nov. 1990.
 - 13 A noção de *turismo de massa* aqui não relaciona-se apenas àquelas atividades que são feitas por grandes quantidades de turistas, tais como o de mar, sol e praia. Pelo contrário, refere-se a toda e qualquer atividade turística que permite uma ilusão sobre os processos sociais pressupostos da separação entre o natural e não natural que resultam numa apropriação privada da natureza e do natural. Assim, o turismo ecológico, de trilha, o calculado pela *capacidade de carga*, etc. constituem de massa porque massificam os indivíduos por uma falsa consciência.
 - 14 Cf. nota de número 47
 - 15 GRANOU, André *Capitalismo e modo de vida Afrontamento* Porto, s/d.
 - 16 '... conforme o segundo (sentido) o abstrato é o incompleto em relação a uma totalidade existente. É neste último sentido que Hegel o toma, colocando-se numa linhagem nitidamente espinosa.' Cf. GIANNOTTI, José Arthur *O discurso do arquiteto* mimeo 1997 (p. 1).
 - 17 MARX, Karl *O capital* Volume I, Tomo I, Livro Primeiro Nova Cultural SP, 1988 (p. 47)
 - 18 Cf. Kurz, Robert *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial* 3a. ed. Paz e Terra SP, 1993 (p. 24)
 - 19 MARX, Karl *Elementos fundamentais para a crítica de la economia política* Siglo XXI 16a. ed 1989 (p. 373 citamos sempre a paginação correspondente à edição alemã situada à margem da mancha de texto da edição da Siglo XXI).

20 GIANNOTTI, José Arthur - *Certa herança marxista* Companhia das Letras SP, 2000 (p.115)

21 MARX, Karl op. cit. (p. 61)

22 *"Mas justamente este não é, de maneira alguma, o processo de produção da mercadoria moderna. O valor, na forma da mais-valia, que nunca antes constituía uma relação de produção, não aparece aqui simplesmente como forma socialmente mediada dos valores de uso concretos; porém, ao contrário, passa a referir-se de forma tautológica a si mesmo: o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade."* KURZ, Robert *O colapso da modernização...* op. cit. (p. 27)

23 KURZ, Robert *O colapso da modernização...* op. cit. (p. 227)

24 Apoiamo-nos em conferência de Robert Kurz no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo organizada pelo Laboratório de Geografia Urbana deste mesmo Departamento em 01/11/2000.

25 GIANNOTTI, José Arthur *Certa herança marxista* op. cit. (p. 177) É notório que a análise da crise do trabalho em Kurz e Giannotti comporta diferenças. Se para Kurz a crise do trabalho coincide com o caráter histórico também do modo de produção capitalista, ou seja, com a crise do próprio capital, para Giannotti a perda de medida do trabalho, devido à sua contínua e intensa desnecessidade diante do desenvolvimento das forças produtivas, o que inclui a informática, põe em cheque, tanto do ponto de vista histórico como categorial, uma análise da crise baseada numa identidade cuja medida não tem mais capacidade de medir as formas de sociabilidade. Daí a noção, para este último de *contradição travada*, pois ela *fibrila* mas não se rompe. Se o trabalho deixa de ser medida, não pode mais ser uma categoria capaz de medir o processo social. Se o trabalhador passa a se efetuar apenas como vigia do processo de produção o potencial de se *travar* novas formas de sociabilidade é subsumido por um capital que vai realizar o preço, não o valor, em setores que envolvem a cooptação do tempo livre. Daí a extrema pertinência do tema abordado neste artigo. Vejamos em duas citações, respectivas a cada um dos autores aqui em questão, o flagrante desta diferença.

"Mas, do mesmo modo como na máquina automática circula energia ligada a uma fonte exterior, no complexo das atividades produtivas sedimenta-se a atividade do trabalho na sua expressão mais simples, mero dispêndio de energia corporal. Desse esquema, entretanto, Marx retira conseqüências muito interessantes a res-

peito da oposição entre trabalho vivo e trabalho morto e indica como se torna possível pensar essa mesma oposição quando a máquina automática é substituída pela máquina informatizada. Mas, nessa última, uma energia mínima desencadeia fluxos de informação inscritos em estruturas moleculares, cujos efeitos quase nada têm a ver com o impulso inicial. Qual é o sentido então de procurar na diversidade dos processos aquele dispêndio de energia que lhes imputa homogeneidade social? (...).

Tudo isso resulta num impasse. O tempo disponível, supérfluo, em vez de ser orientado para a livre formação dos indivíduos, fomenta a matriz da dispersão e do desperdício. A segunda natureza criada pelo trabalho faz com que o trabalho abstrato perca sua função mensuradora efetiva, impondo-se sobretudo por sua dimensão ilusória, sendo então posto para medir sem lograr medir. (...) (GIANNOTTI, José Arthur *Certa herança...* op. cit. (p. 219 e p. 225)

Porém, para Kurz é exatamente este caráter reduzido do trabalho no processo de valorização que dá sentido à historicidade tanto da categoria trabalho como do conceito de Capital.

"Tendencialmente, o capitalismo tornou-se 'incapaz de explorar', isto é, pela primeira vez na história capitalista está diminuindo também em termos absolutos independentemente do movimento conjuntural a massa global do trabalho abstrato produtivamente explorado, e isso em virtude da intensificação permanente da força produtiva.

Uma vez que a rentabilidade das empresas somente pode ser estabelecida no nível até então alcançado da produtividade, e isso apenas de acordo com o padrão social mundial, e uma vez que esse nível, em virtude da crescente intensidade de capital, está se tornando inalcançável para cada vez mais empresas, ficam paralisados em número crescente de países cada vez mais recursos materiais; desaparece a capacidade aquisitiva correspondente e os mercados que dela resultam, tirando-se assim dos homens as condições capitalistas da satisfação de suas necessidades." (KURZ, Robert - *O colapso da modernização...* op. cit. (pp.226/227)

Contudo, o nosso objetivo neste artigo não é o de expor e analisar as diferenças entre diversos autores, pelo contrário mostrar onde coincide, apesar das diferenças, a crítica ao mundo do trabalho que inclui uma elucidação de seu potencial destrutivo. Isto não é possível sem levar em consideração, através dos diferentes autores e do próprio Marx, a perda de seus (da categoria trabalho) conteúdos concretos e sensíveis, de modo

- que ela passa a ser apenas uma medida lógica de equivalência do desigual, sem condições de refletir sobre o sentido qualitativo do próprio metabolismo entre a sociedade e a natureza.
- 26 Para uma versão em manifesto desta crítica Cf. GRUPO KRISIS *O manifesto contra o trabalho* Cadernos do Labur no. 2 Laboratório de Geografia Urbana - Depto. de Geografia Urbana - FFLCH USP Trad. Heinz Dieter Heidemann e colab. Cláudio Duarte SP, 1999 Cf. também Kurz, Robert - *Il honore perduto del lavoro* - KURZ, Robert *O Colapso da modernização* op. cit. especialmente o capítulo I "Lógica e ethos da sociedade de trabalho" (pp. 16-29).
- 27 MARX, Karl *Elementos fundamentales ...* op. cit (p. 324)
- 28 Cf. MARX, Karl *Elementos fundamentales ...* op. cit (pp. 291/292)
- 29 *"The contrast between value and 'real wealth' that is, the contrast between a form of wealth that depends on 'labour time and on the amount of labour employed' and one that does not - is crucial to these passages and to understanding Marx's theory of value and his notion of the basic contradiction of capitalist society. It clearly indicates that value does not refer to wealth in general, but is a historically specific and transitory category that purportedly grasps the foundation of capitalist society."* POSTONE, Moishe - *Time, Labor, and social domination. A reinterpretation of Marx's critical theory.* Cambridge University Press 1996 (p. 25).
- 30 *"Ou, em outras palavras mais precisas: a substância material das potências alcançadas da socialização tem que ser radicalmente liberada da forma histórica que contaminou essa substância e tornou-a extremamente destrutiva. O que é exigido é portanto, uma razão sensível, que é exatamente o contrário da razão iluminista, abstrata, burguesa e vinculada à forma mercadoria. Revelar-se-ia então que a pretensão dessa, de ser absoluta, nada mais significa que medir conteúdos sensíveis de qualidade totalmente diferente com os mesmos critérios de uma lógica que se tornou independente. À indiferença do dinheiro frente ao conteúdo das necessidades corresponde então a forma teórica do método científico positivista, aplicado a conteúdos quaisquer."* KURZ, Robert *O colapso da modernização...* op. cit. (p. 232)
- 31 MARX, Karl *O capital* op. cit. prefácio da primeira edição (p. 18)
- 32 MARX, Karl - *O capital* op. cit. (p. 19)
- 33 Cf. KURZ, Robert - *Dominação sem sujeito* - mimeo s/d.
- 34 MARX, Karl *O capital* op. cit. Volume I, Livro primeiro, Tomo 2 - Cap. XXIV - "A assim chamada acumulação primitiva" (p. 267)
- 35 MARX, Karl *O capital* - op. cit. Volume I, Tomo primeiro, Tomo 2 cap. XXIV (p. 252)
- 36 MARX, Karl *O capital* op. cit. - Volume I, Tomo primeiro, Tomo 2 cap. XXIV (p. 273/74)
- 37 É oportuno lembrar aqui que, como destaca Damiani, o tempo livre também coloca-se, no pensamento marxista, como a positividade que o trabalho traz no seu próprio interior. Seria o lugar da criação da humanização do homem. Assim, *"O sentido do trabalho seria o não-trabalho. Haveria uma perspectiva revolucionária na compreensão desse tempo livre. O que houve, na realidade, no século XX, foi a deterioração desse pensamento, pois superado pelo processo avassalador da reprodução ampliada do capital. (...) O tempo livre compreende, especialmente, na segunda metade do século, a novas indústrias, novos investimentos, novas organizações, uma institucionalização sem precedentes. Desenvolve-se a indústria do turismo. As conquistas históricas do trabalho, referentes ao aumento do tempo livre, ao desenvolvimento das comunicações e transportes, ao desenvolvimento do fenômeno urbano e do consumo, consubstanciam-se na deterioração das cidades e da vida urbana e na constituição da cotidianidade os vários mundos de que falava -. Como contraponto, a natureza e a história são transformadas em objetos de consumo 'cultural', e as férias, os lazeres, de modo geral, aparecem como rupturas pretensas 'rupturas'- momentâneas da vida cotidiana, que se afastam do sentido pleno da festa."* Neste texto há um destaque do potencial positivo do lazer, pois, para a autora, apoiada em Lefebvre, o lazer não deixa de ser uma reivindicação pelo qualitativo, a expressar uma contradição entre valor de uso valor de troca e o uso. DAMIANI, Amélia Luísa *Cotidiano e Turismo* - mimeo (pp.1 e 3).
- 38 POSTONE, Moishe *Time, labour and...* - op. cit. "Abstract time" (pp. 200/216).
- 39 *"Temporality as a measure of activity is different from a temporality measured by events. It implicitly is a uniform sort of time. The system of work bells, as we have seen, developed within the context of large-scale production for exchange, based upon wage labor. It expressed the historical emergence of a de facto social relationship between the level of wages and labor outputs as measured temporally which, in turn, implied the notion of productivity, of labor output per unit time."* POSTONE, Moishe - *Time, labour and...* op. cit. (p. 211)
- 40 *"Só com o tempo abstrato foi possível ao dia do 'trabalho abstrato' avançar sobre a noite e*

abocanhar o tempo de descanso. O tempo abstrato pôde desligar-se de relações e objetos concretos.(...) Talvez se pudesse compará-los a um contador de minutos que soa o toque de campainha para dizer se o ovo está quente ou cozido. Aqui, a quantidade do tempo não é abstrata, mas sim norteada por uma qualidade específica. O tempo astronômico do 'trabalho abstrato', ao contrário, destaca-se de toda qualidade. A diferença é visível também quando lemos por exemplo em documentos medievais que a jornada de trabalho dos servos nas glebas devia durar 'da alvorada até o meio-dia. Ou seja, a jornada de trabalho era mais reduzida do que hoje não apenas em termos absolutos mas também relativos, por variar conforme a estação e ser menor no inverno que no verão. A hora astronômica abstrata, por sua vez, permitiu fixar o início da jornada 'às 6 horas', sem considerar as estações do ano nem os ritmos do corpo." KURZ, Robert -"Escravos da luz sem misericórdia" In: *Últimos combates - Vozes* SP, 1997 (p. 250)

41 "Le capital a remplacé ces alternances par des dualités conflictuelles du produire et du détruire, avec priorité croissance de la capacité destructive que arrive à son comble, est haussée à l'échelle mondiale. Qui joue donc un rôle déterminant dans la conception du monde et du mondial, par le côté négatif." LEFEBVRE, Henri *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes.* Syllepse Paris, 1992. (p.76)

42 "Pour l'espace perspectif, l'espace de catastrophe sera l'espace capitalistique. L'un commence la ruine de l'autre. (...) Cette ruine de l'espace perspectif est caractérisée par le fait qu'un monument, une architecture, un objet quelconque se situe dans un espace homogène et non plus dans un espace qualifié (qualitatif): dans un espace visuel que permet au regard et suggère au geste de tourner autour. Picasso, Klee et les membres du Bauhaus ont simultanément découvert qu'on peut représenter les objets dans l'espace, de sorte qu'ils n'ont plus de face ou de façade privilégiée. Ils ne s'orientent plus vers celui qu'ils regardent ou qui les regarde. Ils sont dans un espace indifférent e sont indifférents eux-mêmes à cet espace en voie de quantification complète." LEFEBVRE, Henri *De l'état. Les contradictions de l'état moderne - Vol. IV - Cap. V* Unión General d'Éditions Paris, 1978 (p. 289).

43 "A classificação proposta dos espaços corresponde aproximadamente à seqüência dos modos de produção segundo Marx."
"La classification propossée des espaces corresponde approximativement à la suite des modes de productions selon Marx." LEFEBVRE,

Henri *De l'état...* op. cit. (p. 291).

44 A noção de representação está firmada sob o prisma de que toda compreensão do real passa por um nível de representação que pode ou deve passar pelos objetos. Assim, toda consciência representa-se a si em objetos, imagens, signos, de modo que como diz Lefebvre, *a consciência e o sujeito dizem-se em termos de coisas* (p. 61). Contudo, esta representação passa, do ponto de vista do conceito, a ser um momento de compreensão do real, de modo que todo pensar sobre o mesmo deve servir-se da representação superando-a. A característica do mundo moderno, porém, se estabelece exatamente em fixar a compreensão do real ao nível das representações justamente porque estas têm a capacidade de reduzir a dinâmica do conceito. Isto quer dizer, portanto, que eles caem na identidade formal que se estabelece como lei, de modo que os termos contraditórios aparecem como algo absurdo. Ao estagnar o pensar sobre o pensado no nível representativo, interrompe-se a dialética, *fonte de movimento*. O mundo contemporâneo povoa-se de representações justamente porque as contradições trazem consigo a presença de inúmeras ausências, as quais são preenchidas, substituídas por representações do que está ausente. Daí a necessidade de se representar o trabalho como tempo de trabalho, ou seja, trabalho médio em geral. O trabalho, portanto, está ausente do trabalhador na medida em que é propriedade que alienou-se ao não-trabalhador. A medição do trabalho não é o trabalho, contudo, esta permite que a redução das particularidades do mesmo a um tempo quantitativo e homogêneo desidentifique a contradição entre capital e trabalho de modo a ser possível a realização da mais-valia, por exemplo. Daí a oportuna afirmação de Lefebvre de que "*La sociedad (burguesa) y el modo de producción (capitalista) se construyen prácticamente con base en la representación que sustituye lo representado*" (p. 34). Isto quer dizer, portanto, que as representações passam a realizar-se como o próprio real, ou seja, em nosso exemplo específico é o tempo social de trabalho, representação do trabalho, quem define a sociabilidade, ou seja, "*La representación se vuelve lo 'real', y sobre ella se establece el modo de producción*" (p. 35). Neste sentido, as contradições se indefinem (*borran*) (p. 68) de modo a dirimir, ou esboroar os limites dos termos contraditórios, ou seja, entre o ser e o não-ser identidade necessária do ser, estabelecem-se, no mundo burguês as representações como mediação. "*Las representaciones se presentan cada vez más claramente como mediaciones, de tal modo que*

las lagunas, los contornos, cortes, discontinuidades, desaparecen en la multitud de intermediarios.' (p.64) Neste sentido, do ponto de vista de nosso artigo, buscamos argumentar que a modernização traz como uma de suas características a distinção entre o natural e o não natural. Tal esferização do real é um resultado de alienação social do natural. Não que isto seja em si negativo, mas é um resultado necessário do processo de realização da lógica do valor que culmina numa negação do prático-sensível, ou da razão sensível. Portanto, este processo, tal como se deu resulta numa perda, numa ausência. Como já afirmamos, a crise ecológica termo que já pressupõe a divisão das esferas entre o natural e o artificial - é expressão deste processo negativo. Assim, esta contradição entre o natural e o não natural é *borrada* por um instrumento, uma mediação, qual seja, a representação da natureza, que por mais paradoxal que seja, apenas revela uma contradição, pois que tal representação, repõe a natureza na forma de produto. Do nosso ponto de vista, tal representação realiza-se como um dos seus momentos mais expressivos através das empresas e propostas turísticas. Estamos argumentando, portanto, que o turismo, na sua forma moderna, realiza-se como a mediação que esconde a contradição da modernização entre o natural e o não-natural, cujo fundamento de tal contradição, como já argumentamos, encontra-se no potencial destrutivo do trabalho como categoria histórica. O esconder de tal contradição repõe, dentro do possível, o desenvolvimento de relações capitalistas como formas de sociabilidade que avançam sobre o *tempo-livre*. A nossa argumentação sobre representação está baseada em LEFEBVRE, Henri *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. México Fondo de cultura económica - 1983. Os números entre parênteses referem-se às páginas de onde as citações foram retiradas.

45 Sobre este aspecto podemos citar o que segue abaixo a título de exemplo:

"Com o turismo, ocorreu um processo acelerado de valorização das terras e de especulação imobiliária. Estas terras passaram a ter valor de troca (tradicionalmente, tinham apenas valor de uso) e no início do processo muitas posses foram vendidas por valores mínimos, sendo que os caixas estavam pouco habituados às relações capitalistas ou a conviver com valores monetários, pois quase todas as necessidades eram satisfeitas pela produção familiar. O turismo penetrou como especialização, e outras atividades econômicas (como a pesca), passaram a ser abandonadas e

até consideradas entraves à modernização, inclusive pelos poderes públicos locais." CALVENTE, Maria del Carmen M. H. *Ilhabela: Turismo e território* In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.) *Ilhas e sociedades insulares - Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras* Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo São Paulo, 1997.

Ao que pese uma possível discordância de nossa parte sobre a forma como a autora separa temporalmente as categorias valor-de-uso e valor-de-troca o processo destacado pela mesma é de suma importância para refletirmos sobre o contexto brasileiro. Por outro lado, não defendemos aqui a posição de que em tais comunidades não existe o dinheiro, apenas buscamos destacar que com o turismo ele *pode* passar da determinação de simples meio de circulação para compor um dos momentos do processo de acumulação. Esta passagem necessariamente redefine formas de sociabilidade. Para uma oportuna discussão sobre estas transformações na sociabilidade do litoral cearense a partir do turismo Cf. ALMEIDA, Maria Geralda de - *Turismo e os novos territórios no litoral cearense* In: RODRIGUES, Adyr A. Balastrieri (org.) *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais* - Hucitec - SP, 1996. (pp. 184-190).

46 Estas informações foram possíveis através de seminários sobre o desenvolvimento do turismo no nordeste na Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Turismo da Universidade de São Paulo, primeiro semestre de 2.000.

47 *"Y son los 'elementos', como se solía decir en la filosofía clásica, el agua, el aire y la luz, los que se ven amenazados. Vamos hacia un inexorable encuentro de vencimientos aterradores. Es imprescindible prever el momento en que habrá que reproducir la naturaleza. Producir tales o cuales objetos, ya no será suficiente; habrá que reproducir lo que fue condición elemental de la producción, a saber: la naturaleza. Con el espacio. Dentro del espacio."* LEFEBVRE, Henri *Espacio y política* - Ediciones península série universitária história, ciência, sociedade, no 128 Barcelona, 1976 (pp. 50-51).

48 Lefebvre, Henri *Estrutura social: a reprodução das relações sociais* In: Forachi, Marialice Mencarini e Martins, José de Souza (orgs.) - da Universidade de São Paulo Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à sociologia Livros técnicos e científicos Editora S.A. - RJ, SP, 1977 (p. 247).

49 *"Este espaço é aquele da perspectiva que toma a natureza medindo-a e subordinando-a às exigências da sociedade, sob a dominação do olho e*

não mais do corpo inteiro."

"Cet espace est celui de la perspective que prend la nature en la mesurant e en la subordonnant aux exigences de la société, sous la domination de l'oeil et non plus du corps entier." (LEFEBVRE, Henri De L'état - Les contradictions del etat moderne - Vol. IV s/ed. s/d. (p.287).

- 50 A noção de espetáculo, cunhada por Guy Debord em seu livro "A sociedade do espetáculo" vai ao encontro da noção de abstração, pois é compreendida como seu estágio supremo. Neste sentido, concorda com o que já expusemos sobre a reposição fetichizada do ausente. O espetáculo, contudo, destaca a perspectiva visual que esta reposição se dá, no sentido de preencher o empobrecimento do vivido com as imagens daquilo que não estão mais presentes de modo que a própria imagem do real acaba por se realizar como o próprio. Vejamos como Jappe destaca esta perspectiva: *"Em relação a um primeiro estágio de evolução histórica da alienação, que pode caracterizar-se como uma degradação do 'ser' em 'ter', o espetáculo consiste em uma degradação posterior do 'ter' em 'parecer'. A análise de Debord apóia-se sobre a experiência cotidiana do empobrecimento da vida vivida, de sua fragmentação em esferas cada vez mais separadas, assim como da perda de todo aspecto unitário na sociedade. O espetáculo consiste na recomposição dos aspectos separados sobre o plano da imagem. Tudo o que falta à vida encontra-se neste conjunto de representações independentes que é o espetáculo."*

Par rapport à un premier stade de l'évolution historique de l'alienation, qui peut se caractériser comme une dégradation de l'etre' en 'avoir', le spectacle consiste en une dégradation ultérieure de l' 'avoir' en 'paraître'. L'analyse de Debord s'appuie sur l'expérience quotidienne de l'appauvrissement de la vie vécue, de sa fragmentation en sphères de plus en plus séparées, ainse que de la perte de tout aspect unitaire dans la société. Le spectacle consiste dans la recomposition des aspect séparés sur le plan de l'image. Tout ce que

manque à la vie se retrouve dans cet ensemble de représentations indépendantes qu'est le spectacle." - JAPPE, Anselm Guy Debord Via Valeriano Marseille, 1995 (p. 22)

- 51 Para uma abordagem do espetáculo relacionada ao turismo Cf. CARLOS, Ana Fani Alessandri *O turismo e a produção do não-lugar*. In: Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana Fani Alessandri & Cruz, Rita de Cássia Ariza (orgs.) *Turismo, espaço, paisagem, cultura*. Hucitec SP, 1996. (25-37)
- 52 O uso como insurgência seria aquele elemento da forma de sociabilidade que realiza-se como um processo espontâneo, sem, portanto realizar a forma da mercadoria. Contudo, com o desenvolvimento da propriedade privada, como forma de sociabilidade, toda utilização espontânea do tempo e do espaço passa a ser cooptada dentro dos trâmites do valor de uso e do valor de troca. Assim, a espontaneidade do uso que liga-se diretamente a um prático sensível e constitui formas de apropriação, através da propriedade, tal apropriação passa a ser caricaturada, restringida. Contudo, o uso permanece no interior das formas de sociabilidade capitalista porque a ele estão ligadas certas particularidades que ao serem impossibilitadas de realizarem-se na forma da mercadoria, devido à própria racionalidade seletiva da mesma, insurgem de modo a romper com tal lógica.

Os argumentos desta nota estão baseados em LEFEBVRE, Henri *De l'état. Les contradictions de l'état moderne* Vol. IV ... Para uma muito oportuna reflexão da categoria do uso na obra de Lefebvre deve-se consultar também o indispensável trabalho da geógrafa SEABRA, Odette Carvalho de Lima *A insurreição do uso* In: MARTINS, José de Souza (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* Hucitec SP, 1996. Para uma compreensão do uso do ponto de vista da produção de espacialidades contraditórias no espaço metropolitano veja também ALFREDO, Anseimo *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo. Do projeto à construção da Avenida Água Espraiada*. Mestrado Departamento de Geografia, FFLCH, USP SP, 1999.

Bibliografia

ALFREDO, Anselmo. *A luta pela cidade na metrópole de São Paulo. Do projeto à construção da Avenida Água Espraiada*. Mestrado, Departamento de Geografia, SP, FFLCH, USP, 1999.

ALMEIDA, Maria Geralda de. "Turismo e os novos territórios no litoral cearense" In: RODRIGUES, Adyr A. Balastri (org.). *Turismo e Geografia. Reflexões teóricas e enfoques regionais*. SP, Hucitec, 1996. (pp. 184-190).

- CALVENTE, Maria del Carmen M. H.. "Ilhabela: Turismo e território" In: DIEGUES, Antonio Carlos (org.). "Ilhas e sociedades insulares" São Paulo. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, 1997
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. "O turismo e a produção do não-lugar" In: Yázigi, Eduardo; Carlos, Ana Fani Alessandri & Cruz, Rita de Cássia Ariza (orgs.). *Turismo, espaço, paisagem, cultura*. SP, Hucitec, 1996. (pp.25-37).
- CAVACO, Carminda. "Turismo rural e desenvolvimento local" In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e desenvolvimento local*. SP, Hucitec, 1996.
- COMUNE, Antonio Evaldo. "Turismo e meio ambiente na Amazônia. Perspectvas Econômicas do turismo Ecológico" *Turismo em análise*. Vol. 2 (1), São Paulo, maio de 1991.
- DAMIANI, Amélia Luísa. *Cotidiano e Turismo*. mimeo, s/d.
- ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. SP, Global Editora, 1986.
- GIANNOTTI, José Arthur. *O discurso do arquiteto*. mimeo, 1997
- GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. SP, Companhia das Letras, 2000.
- GRANOU, André. *Capitalismo e modo de vida*. Porto, Afrontamento, s/d.
- JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Marseille, Via Valeriano, 1995.
- KURZ, Robert. "Escravos da luz sem misericórdia" In: *Últimos combates*. SP, Vozes, 1997
- KURZ, Robert. *Dominação sem sujeito*. mimeo, s/d.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 3ª ed., RJ, Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes*. Paris, Sylepse, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *De l'état. Les contradictions de l'état moderne*. Vol. IV, Cap. V. Paris, Unión General d'Éditions. 1978.
- LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*. México, Fondo de cultura económica, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política*. Barcelona, Ediciones Península, série universitária, história, ciência, sociedade, nº 128, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. *Estrutura social: a reprodução das relações sociais*. In: Forachi, Marialice Mencarini e Martins, José de Souza (orgs.). da Universidade de São Paulo, Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à sociologia. RJ/SP, Livros técnicos e científicos Editora S.A., 1977
- MARX, Karl. *O capital*. Volume I, Tomo I, Livro Primeiro. SP, Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para a crítica de la economía política*. México, Siglo XXI, 16ª ed, 1989.
- MARX, Karl. *O capital*. Volume I, Livro primeiro, Tomo 2, Cap. XXIV. "A assim chamada acumulação primitiva" SP, Nova Cultural, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia integrar para não entregar. Políticas Públicas na Amazônia*. Campinas, Papirus, 1988.
- POSTONE, Moishe. *Time, Labor, and social domination. A reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge University Press, 1996.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. *A insurreição do uso*. In: MARTINS, José de Souza (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. SP, Hucitec, 1996.
- VARGAS, Heliana Comim. "Turismo e valorização do lugar" *Turismo em análise*. São Paulo, 9(1), maio de 1998.